

Uma análise da encíclica papal *Fratelli Tutti* sob a perspectiva teórico-metodológica da argumentação no discurso de Amossy

Gabriel Campos Fernandino

Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.
orcid.org/0000-0002-1573-2875

Helcira Maria Rodrigues de Lima

Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.
orcid.org/0000-0002-1916-6591

Neste artigo, analisamos a encíclica *Fratelli Tutti*, assinada pelo papa Francisco e publicada em 2020, valendo-nos da problemática da argumentação no discurso de Ruth Amossy. Para o estudo do *corpus*, distinguimos e relacionamos Santa Sé e Vaticano, sugerindo o conceito de Vaticano-eclésia, bem como esboçamos reflexões sobre infalibilidade papal e discurso constituinte. A nossa avaliação não pretendeu ser exaustiva e tenciona compor uma agenda de pesquisa ampla em análise do discurso pontifício. Concluímos que o projeto persuasivo da encíclica seria aquele da intensificação das crenças doutrinárias, recorrendo marcadamente: ao apelo à tese do amor, que não parece minar o *logos*, mas enfatizar a inseparabilidade entre esta prova, a imagem papal no discurso e o *pathos*; aos efeitos discursivos advindos da assimilação entre discurso constituinte e infalibilidade papal; ao deslocamento da responsabilidade enunciativa ao papa.

Palavras-chave: Argumentação. Análise do discurso. Encíclica. Discurso religioso.

Un análisis de la encíclica papal *Fratelli Tutti* bajo la perspectiva teórico-metodológica de la argumentación en el discurso de Amossy

En este artículo analizamos la encíclica *Fratelli Tutti* -firmada por el papa Francisco y publicada en 2020- según el marco teórico de la argumentación del discurso de Amossy. Para el estudio del *corpus*, distinguimos y relacionamos la Santa Sede y el Vaticano, sugiriendo el concepto de Vaticano-ecclesia, así como esbozando reflexiones sobre la infalibilidad papal y el discurso constituyente. Nuestra evaluación no pretende ser exhaustiva y pretende componer una amplia agenda de investigación en el análisis del discurso papal. Concluimos que el proyecto persuasivo de la encíclica sería el de la intensificación de las creencias doctrinales, utilizando marcadamente: la apelación a la tesis del amor, que no parece socavar el *logos*, pero enfatiza la inseparabilidad entre esta prueba, la imagen papal en el discurso y el *pathos*, los efectos discursivos derivados de la asimilación entre discurso constituyente e infalibilidad papal y el traspaso de la responsabilidad enunciativa al papa.

Palabras clave: Argumentación. Análisis del discurso. Encíclica. Discurso religioso.

An analysis of the papal encyclical *Fratelli Tutti* under the theoretical-methodological perspective of Argumentation in Discourse by Amossy

In this paper, we analyze the *Fratelli Tutti* encyclical – signed by pope Francis and published in 2020 – according to the theoretical framework of Argumentation in Discourse by Amossy. For the study of the *corpus*, we distinguish and relate the Holy See and the Vatican, suggesting the concept of Vatican-ecclesia, as well as sketching reflections on papal infallibility and constituent discourse. Our assessment intends to compose a broad research agenda in the analysis of the papal discourse. We conclude that the encyclical's persuasive project would be which of the intensification of doctrinal beliefs, using markedly: the appeal to the thesis of love, which does not seem to undermine the *logos*, but emphasizes the inseparability between this proof, the papal image in discourse and *pathos*; the discursive effects arising from the assimilation between constituent discourse and papal infallibility; the shift of enunciative responsibility to the pope.

Keywords: Argumentation. Discourse analysis. Encyclical. Religious discourse.



Introdução

Nosso objetivo neste artigo é analisar passagens da encíclica *Fratelli Tutti* (FRANCISCO, 2020) sob a perspectiva da argumentação no discurso. Esta problemática foi desenvolvida por Ruth Amossy como um ramo da análise do discurso. Como um estudo de apresentação, nosso trabalho pretende compor uma agenda de pesquisa sobre o discurso pontifício.

Em termos da organização do trabalho, primeiramente, apresentamos de modo sucinto as abordagens que integram a definição de argumentação, conforme a problemática adotada. Feita a apresentação, sugerimos pontuais reflexões críticas sobre a obra *A argumentação no discurso* de Amossy (2020), a fim de demarcar o uso que fazemos da sua problemática.

Na sequência, tratamos especificamente do discurso pontifício ao retomar noções relevantes para localização do nosso objeto de pesquisa. Nesta parte, além de visitar a definição de carta encíclica, mobilizamos precisões sobre a Santa Sé e como esse ente se difere do Vaticano. Sugerimos o conceito de Vaticano-eclésia e esboçamos reflexões seminais acerca da infalibilidade papal e do discurso constituinte.

Finalmente, após o breve percurso de delimitação conceitual do objeto, cumprindo com o objetivo deste trabalho, procedemos à análise de fragmentos da *Fratelli Tutti*. Nosso estudo é realizado com a finalidade de pensar a argumentação no discurso pontifício. A análise do *corpus*, portanto, tenciona encetar a publicação de uma agenda de pesquisa mais vasta que se insere no âmbito de investigação doutoral.

1 A argumentação no discurso: abordagens da definição de argumentação e considerações sobre a problemática

Esta seção traça um enxuto panorama teórico ao apresentar as abordagens articuladas perspectiva metodológica que vem sendo desenvolvida por Ruth Amossy, desde o ano 2000, sob o nome *argumentação no discurso*. Para tanto, baseamos nossa apresentação fundamentalmente na obra homônima *A argumentação no Discurso* (2020)¹, embora também recorramos aos originais dos trabalhos mencionados por Amossy, bem como a outras referências ancilares.

¹ Em janeiro de 2021, Amossy publicou a quarta edição da obra, editora *Feuilleter*. Como não tivemos acesso ao material até a data da submissão deste artigo, baseamo-nos na versão brasileira de 2020. Entendendo que este artigo se insere em uma proposta continuada de estudo da cena de enunciação pontifícia, buscaremos pesar os potenciais avanços da nova edição em futuras análises.

Retomando o entendimento da retórica² como negociação da diferença, proposto por Michel Meyer, a autora busca integrar a argumentação como um elemento constitutivo do discurso. Ao propor uma retomada histórico-teórica, Amossy parte da noção de que o locutor intenciona impactar o alocutário seja por uma *visada* argumentativa seja por uma *dimensão* argumentativa. Enquanto a visada se caracteriza pela disposição do locutor de promoção da *adesão* a uma dada tese, a dimensão se volta apenas para uma *modificação da maneira de ver e de sentir* do alocutário.

Conceber a visada e dimensão argumentativas é uma escolha epistemológica fundamental para o empreendimento da autora, voltado à ampliação da consagrada definição de argumentação oferecida por Perelman e Olbrechts-Tyteca no *Tratado da argumentação*. Segundo a *nova retórica*, nome atribuído pelo autor e pela autora ao empreendimento do *Tratado*:

[...] *toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual*. Para que haja argumentação, é mister que, num dado momento, realize-se uma comunidade efetiva dos espíritos. É mister que se esteja de acordo, antes de mais nada e em princípio, sobre a formação dessa comunidade intelectual e, depois, sobre o fato de se debater uma questão determinada. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 16).

Perelman e Tyteca³ parecem haver pretendido fomentar a argumentação em seus componentes sociais, e não somente lógicos, como uma alternativa ao conflito militar e às violências física e psicológica. Destarte, dando continuidade a essa perspectiva de questionamento à lógica formalista, Amossy conclui a introdução da sua obra definindo seu objeto, afirmando que argumentação quer dizer:

[...] os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir / sobre seus alocutários, / tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema (AMOSSY, 2020, p. 47, separação nossa).

Decompondo a definição de argumentação em três partes – para além da influência da nova retórica –, percebemos os diversos entendimentos harmonizados, provenientes de teorias retóricas, pragmáticas e mesmo lógicas. Primeiramente, ao

² Partidária da nova retórica de Perelman e Tyteca, como veremos adiante, Amossy se vale do uso intercambiável de *retórica e argumentação*.

³ Descendente de família judia, Chaïm Perelman vivenciou a Segunda Guerra inclusive na condição de militar quando da invasão das tropas alemãs na Bélgica em 1940. Foi um entusiasta intelectual no âmbito do *Comité de Défense des Juifs*, associação de resistência belga fundada em 1942 e desempenhou um papel relevante em várias iniciativas políticas de defesa dos judeus. Por sua parte, Tyteca foi uma notória acadêmica belga que começou a trabalhar com Perelman a partir de 1948, ano em que se voluntariou para apoiar a agenda de pesquisa do pesquisador. Posteriormente, Tyteca desenvolveu variadas noções da nova retórica de maneira independente e bem-sucedida. A pesquisadora também trabalhou com a relação entre retórica e *bande dessinée*.

mobilizar na sua definição de argumentação os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir, a autora resgata e incorpora a *abordagem figural*. Assim, fica implícito que a argumentação se vale de figuras e de efeitos de estilo que implicam consequências no alocutário.

Além disso, o trecho selecionado referencia ainda uma *abordagem textual*, posto que, para Amossy, a argumentação deve ser tomada também no tocante à construção textual. Isto quer dizer que a argumentação é concebida em sua trama coerente de enunciados e em seus respectivos processos lógicos de ligação – como silogismos e analogias, inseridos no discurso em situação.

Na continuidade, no fragmento *sobre seus alocutários*, a autora recorre à *abordagem comunicacional* por supor uma instância receptora cuja ação só é compreendida na relação de interlocução. Da mesma forma, Amossy se vale da *abordagem dialógica* segundo a qual o locutor age em um espaço saturado de discurso. Além disso, a escolha taxonômica do termo *alocutário* demarca as instâncias subjetivas adotadas na obra. O alocutário é a instância para a qual se dirigem os meios verbais mobilizados pelo *locutor*⁴.

Em linguística, a nomenclatura das unidades epistemológicas, ou instâncias subjetivas, é uma relevante demarcação da teoria mobilizada para se analisar um dado *corpus*. Buscando evitar a rigidez dessa demarcação, a autora afirma que empregará na obra, de maneira equivalente, os termos *auditório*, *público*, *alocutário* e *destinatário* (AMOSSY, 2020); ao longo do livro, porém, a autora tende a preferir a díade locutor-alocutário⁵.

A definição de argumentação proposta na *Argumentação no discurso* (2020) prossegue e se finaliza nos seguintes termos: “tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema” (AMOSSY, 2020, p. 47). Neste fechamento são retomadas as noções de visada e dimensão argumentativas que abrem o livro, ou seja, trata-se tanto da adesão a uma tese quando de uma orientação de maneiras de ver.

Neste momento da definição, a *abordagem linguageira* é abrangida. Afinal, para Amossy a argumentação não se reduz a processos lógicos, mas também compreende

⁴ *Locutor* que também denominado na obra como *interlocutor* nos casos de diálogo efetivo.

⁵ Almejando rigor taxonômico, neste artigo preferimos tratar as instâncias subjetivas emissora e receptora, respectivamente como *locutor* e *alocutário*. Assim, se de um lado, baseamos nossa escolha em Amossy, no sentido da recorrência da sua utilização dos termos, por outro, afastamo-nos do entendimento de taxonomias intercambiáveis.

os meios que a linguagem oferece tanto no nível lexical quanto naquele das modalidades de enunciação e dos encadeamentos dos enunciados.

Por fim, se o processo de visada ou de dimensão argumentativa ocorre em um tipo e gênero discursivos – nos quais há distribuição socioinstitucional de funções e papéis –, a *abordagem genérica* é também contemplada. Seja manifestando-se na materialidade de uma bula papal ou de uma bula de medicamento seja subvertendo o gênero discursivo, a argumentação se inscreve em gêneros já repertoriados ou que ainda podem ser configurados.

Retomando os princípios componentes da argumentação, conforme equacionados acima, a análise argumentativa proposta por Amossy se funda sobre as abordagens figural, textual, comunicacional, dialógica, linguageira e genérica. A expansão conceitual realizada nesta problemática apresenta a argumentação como elemento constitutivo do discurso e não da língua. A problemática da argumentação no discurso arregimenta em uma mesma *episteme* as várias abordagens mencionadas sem incorrer na perda de coerência. A partir do cruzamento da nova retórica com a Análise do Discurso francesa, a autora elabora uma problemática consistente, aplicável e que goza de poder explanatório.

A argumentação no discurso procura “[...] esclarecer os funcionamentos discursivos, explorando uma fala situada e, pelo menos, parcialmente sujeita a coerções [...]” (AMOSSY, 2020, p. 11). Em outros termos, a fala está localizada em um lugar social e em quadros institucionais. Ultrapassa-se a oposição aparente entre texto e contexto ao considerar um locutor atravessado tanto pelas particularidades do seu momento histórico quanto pela fala de outrem.

Nesse sentido, a argumentação no discurso em nada é estranha à lógica constitucional da Análise do Discurso (AD), posto que “se a análise do discurso em sua origem sobrevalorizou a teoria social e política e a dimensão ideológica sobre a expressão linguística, o interesse pelas formas de expressão nunca foi minimizado” (EMEDIATO, 2020, p. 20).

Destarte, apresentando e localizando a análise argumentativa com um ramo da AD – inclusive, destacando esse pertencimento na própria nomenclatura argumentação *no discurso* –, a interdisciplinaridade da sua problemática é condizente à natureza da própria análise do discurso, que se funda no cruzamento de diversos saberes relacionados às humanidades.

Ainda que sob forte ascendente do seu contato com o pensamento francês em linguística, Amossy nos parece um icônico exemplo do processo de constituição de um espaço de pesquisa mundial em AD, fomentado a partir dos anos de 1980. Conforme Maingueneau aponta,

[...] mesmo que problemáticas de análise do discurso desenvolvidas na França tenham exercido indiscutivelmente um papel fundador e continuem a apresentar certo número de traços característicos, atualmente elas se encontram inseridas em um espaço de pesquisa *globalizado*, no qual as hibridações conceituais se multiplicam (MAINGUENEAU, 2014, p. 11, destaque do autor).

Por um lado, Amossy se afasta de uma crítica ideológica do discurso ao afirmar que a análise da argumentação não tem que tomar partido nem falar “[...] em nome de uma verdade exterior (feminista, marxista, etc) [...]” (AMOSSY, 2020, p. 112). Por outro lado, ela defende que “[...] definir um funcionamento discursivo é também um colocar em evidência o modo pelo qual se tenta agir sobre o parceiro. Em outras palavras, a análise seria em si mesma *um instrumento crítico* [...]” (AMOSSY, 2020, p. 27, itálico nosso). Isto é, propondo uma análise que é por excelência um instrumento crítico, a argumentação no discurso quer compreender como *elementos dóxicos compartilhados no coletivo* autorizam a persuasão – sem relacioná-los a ideologias, tampouco tomar partidos.

[...] Definir *doxa* como o saber compartilhado de uma comunidade em uma dada época é conceber os interactantes como tributários das representações coletivas e das evidências que subjazem a seus discursos, é ver sua palavra modelada pelo que se diz e se pensa em torno deles, pelo que eles absorvem, muitas vezes de modo inconsciente, pelo que consideram evidente sem darem conta disso [...] (AMOSSY, 2020, p. 112).

A recomendação de que a análise argumentativa deve apresentar a provisoriade dos elementos dóxicos sem escolher um lado, pressupõe ser possível uma análise livre de julgamentos. Entretanto, se o pesquisador é também interactante no discurso, parece-nos inadequado endossar a possibilidade de realização de uma análise completamente livre da tomada de partido. Afinal, segundo a própria argumentação no discurso, o locutor condiciona, ao mobilizar a linguagem com ação, e é condicionado, ao ser atravessado inconscientemente pela *doxa*.

Por outro lado, acreditamos que essa inadequação epistêmica tende a ser apagada no nível metalinguístico, já que a própria obra é também um empreendimento argumentativo que intenciona mobilizar meios verbais para fazer seus alocutários – supostamente analistas do discurso – aderirem a suas teses⁶.

Por fim, convém considerar que qualquer teoria ou problemática é uma escolha de simplificação da realidade que visa avanços científicos. Assim, certos elementos devem ser desconsiderados em prol da exequibilidade teórica. Na sua problemática,

⁶ Ressalvamos que esta sucinta consideração epistêmica que fazemos sobre a obra (assim como a própria dimensão argumentativa do presente artigo) é passível da mesma interpretação e assim sucessivamente. Afinal, analistas do discurso e seus objetos estão necessariamente inseridos no regime geral de enunciação.

Amossy consegue conceber tanto a agentividade, no projeto argumentativo, quanto o quadro das restrições socioinstitucionais. Isto é, mantendo a parcimônia teórica, a argumentação no discurso pressupõe que a mobilização da linguagem como ação ocorre no interior de uma estrutura. Nesse sentido, ao realizar uma contundente síntese de abordagens variadas, essa problemática nos parece contribuir efetivamente para a incorporação da argumentação retórica nos estudos em AD.

2 Santa Sé, Vaticano e carta encíclica: noções preliminares⁷

A chamada Santa Sé Apostólica Romana é a representação universal da Igreja Católica. Esta representação se relaciona de modo temporal ao território do Estado da Cidade do Vaticano. A Santa Sé tem controle soberano sobre este território, cujo chefe de Estado goza da plenitude dos poderes⁸. Portanto, as funções de chefe de Estado – materialmente relacionadas ao Vaticano –, e de autoridade máxima na estrutura Igreja Católica – imaterialmente relacionadas à presença católica difundida pelo globo –, coincidem na posição jurídica e simbólica do papa.

Além do Sumo Pontífice, a Santa Sé é também composta pela Cúria Romana, corpo administrativo que auxilia o papa. A Cúria é assim um complexo de institutos e dicastérios⁹, grosso modo, ministérios aos quais o papa delega funções. Dentre esses órgãos se destaca a Secretaria de Estado da Santa Sé, o dicastério mais antigo, ao qual são atribuídas as funções diplomática e política da Santa Sé.

Dessa forma, a Santa Sé é o ente que atua em âmbito internacional e não o Vaticano. Enquanto a criação do Vaticano remete ao passado recente, o Tratado de Latrão de 1929, a existência da Santa Sé remonta ao Império Romano. Segundo a mística católica, a Santa Sé foi fundada por São Paulo e São Pedro no começo da Era Comum como Comunidade de Roma¹⁰.

O próprio substantivo *Santa Sé* é uma derivação latina de *Cadeira Santa* que recorre ao símbolo da cadeira de Pedro – o primeiro dos papas sobre o qual se funda a

⁷ De modo ainda mais conciso, visitamos nesta seção noções relevantes ao nosso objeto e à nossa análise de *corpus*. Assim, não pretendemos que este momento do artigo seja uma fundamentação teórica propriamente dita. Afinal, os conceitos e distinções que visamos não desempenham o papel do embasamento teórico. Este é atribuído no artigo à problemática da argumentação do discurso.

⁸ Segundo artigo nº 1 da Lei do Estado da Cidade do Vaticano, o papa goza plenamente dos poderes legislativo, executivo e judiciário (LEI FUNDAMENTAL DA CIDADE DO VATICANO, 2000). Os documentos oficiais da Santa Sé utilizam a designação de Monarquia Absoluta, embora haja na literatura classificações da forma de governo vaticana como Estado teocrático-monárquico ou Eclesiástico.

⁹ Segundo Constituição Apostólica, “Art. 2, § 1 – com o nome de Dicastérios entendem-se: a Secretaria de Estado, as Congregações, os Tribunais, os Conselhos e os Ofícios, isto é, a Câmara Apostólica, a Administração do Patrimônio da Sé Apostólica, a Prefeitura dos Assuntos Económicos da Santa Sé” (PASTOR BONUS, 1988).

¹⁰ No contexto religioso é comum a utilização da nomenclatura *Anno Domini* (do latim: “No ano de Nosso Senhor”) em lugar de *Era Comum*. Ambos os termos significam o período de medida do tempo que sucede o ano 1 do calendário gregoriano.

cosmogonia da Santa Sé. A cadeira simboliza o centro figurativo do qual emana a fonte da legitimidade e do poder monolítico do sumo líder da igreja. Segundo a doutrina católica, aquele que herda a cadeira de Pedro, ao se sagrar papa, recebe o carisma do primeiro dos Bispos de Roma, Pedro. Portanto, cada papa se inscreveria na continuidade da conspiração divina que vocacionou Pedro a ser a *pedra*¹¹ angular da Igreja. Nesse sentido, papa Francisco exerce hoje o ministério de Pedro enquanto Bispo de Roma.

Como apresentado, a marcada peculiaridade da Santa Sé se configura ao se tratar de um ente concomitantemente (i) político, ao gozar de um Estado/território soberano e de personalidade jurídica internacional e (ii) religioso, cujos interesses são, em tese, de cunho espiritual. A Santa Sé é uma autoridade que avulta o peso especulado de mais de um bilhão de fiéis, transcendendo as fronteiras do menor Estado independente do mundo, o Vaticano. Parte substancial dos fiéis alocutários desta *religião com Estado* está localizada na América Latina, específica e massivamente no Brasil.

Partindo da noção de Estado-nação, propomos pensar esse caso *sui generis* por meio do binômio *Vaticano-eclésia*. Assim, articulamos a dimensão da entidade moral e religiosa composta por um Estado – Vaticano – àquela da população de fiéis e de religiosos essencialmente espalhada no globo – o que denominamos eclésia. O binômio engendrado intenciona ser mais que a soma das suas duas partes. Trata-se de um sinônimo do substantivo próprio *Santa Sé* que nos parece permitir ganho epistemológico ao explicitar a singularidade do ente.

Se no Vaticano-eclésia a supremacia da autoridade legal e espiritual do papa é evidente, no plano da enunciação a distinção entre este locutor e a própria Santa Sé não é dada de antemão. Em diferentes discursos ou no interior da mesma materialidade discursiva, as elocuições papais podem tanto se equivaler às da Santa Sé quanto se desarticular e se afastar dessas¹². De toda maneira, seja a responsabilidade enunciativa coincidente ou divergente, a autoridade máxima do papa é dogmaticamente assegurada. A denominada *infallibilidade papal* é um dogma *ex cathedra* que atesta que, sendo herdeiro de Pedro, o papa é imune ao erro no atinente à definição de doutrina sobre a fé e os costumes. Segundo capítulo IV da Constituição Dogmática Pastor *æternus*,

¹¹ Segundo a interpretação católica, Jesus rebatizou o apóstolo Simão como Pedro, concedendo-lhe o papel de líder da Igreja que se estabeleceria “Também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja; e as portas do Hades não prevalecerão contra ela.” (Mateus 16:18).

¹² Esse processo de sobreposição ou distanciamento da responsabilidade enunciativa, que depende da intenção argumentativa e do subgênero discursivo, é tratado na análise da encíclica, próxima seção, e resgatado na conclusão do artigo.

[...] em razão da assistência divina prometida a ele na pessoa do bem-aventurado Pedro, *goza daquela infalibilidade com a qual o divino Redentor quis que estivesse munida a sua Igreja quando da definição de doutrina referente à fé e aos costumes*; portanto, tais declarações do Romano Pontífice *são imutáveis por si mesmas e não em virtude do consenso da Igreja* (PIO XII, 1870, não paginado, tradução nossa, itálico nosso)¹³.

Nesse sentido, consideramos que a infalibilidade pode atribuir força argumentativa aos discursos papais diante do seu alocutário, a eclesía. Pressupondo a naturalidade com a qual o discurso religioso recorre aos dogmas fundacionais da sua mística, o grau de argumentatividade parece ser também ampliado sob efeito do que Maingueneau e Cossutta denominaram *discurso constituinte*. Como precisa Maingueneau (2014), esse tipo de discurso denota as falas de autoridade que dão sentido aos atos de uma coletividade, além das quais somente há o indizível. Além de legitimarem temas, discursos constituintes *constituem* a sua própria existência como se a sua legitimidade proviesse do Absoluto. Este poderia ser, por exemplo, o Verbo revelado e a Lei.

Segundo o autor, os discursos constituintes funcionam como fiadores de outros discursos e ocupam um lugar incomum no interdiscurso em razão dos atributos enunciativos e funções sociais que desempenham. Como nos casos dos textos religiosos fundacionais – por exemplo, a Bíblia e as admoestações franciscanas, ambas referenciadas na *Fratelli Tutti* – os discursos constituintes não têm uma autoria no sentido usual do termo. Os autores seriam veículos movidos por inspiração divina. Destarte, discursos constituintes se distanciariam da imperfeição, afinal esta qualificação é potencialmente atribuída aos intérpretes e jamais à fonte divina de inspiração.

Por fim, no que tange especificamente à definição de nosso objeto de pesquisa, uma carta encíclica¹⁴ é um dispositivo de comunicação da Santa Sé que funciona como carta aberta. Original e etimologicamente, trata-se de uma *circular* assinada pelo papa. Desse modo, uma encíclica se dirige a uma audiência ampla e compósita que se estende de bispos a fiéis. Em termos da programação do conteúdo, o documento trata de temas relacionados à doutrina da Igreja e indica as prioridades no momento da publicação. Comparativamente a outros documentos pontifícios, uma encíclica goza de maior grau de informalidade, ainda que seja considerada o segundo em ordem de importância. Assim, uma encíclica detém menos autoridade somente em relação a uma

¹³ No original: [...] per la divina assistenza a lui promessa nella persona del beato Pietro, gode di quell'infalibilità con cui il divino Redentore volle fosse corredata la sua Chiesa nel definire la dottrina intorno alla fede e ai costumi: pertanto tali definizioni del Romano Pontefice sono immutabili per se stesse, e non per il consenso della Chiesa (PIO XII, 1870).

¹⁴ A definição que oferecemos concebe apenas o sentido moderno do termo. O substantivo *encíclica* é também usado por anglicanos e pela igreja ortodoxa.

constituição apostólica. Isto se deve ao fato de que, diferentemente da constituição, a circular não modifica dogmas, mas simplesmente atualiza a doutrina.

Neste artigo, consideramos a encíclica com um subgênero do *discurso pontifício*, este último localizado no tipo *discurso religioso*. Escolhemos refletir especificamente sobre trechos selecionados da *Fratelli Tutti* (Sobre a fraternidade e a amizade social). Esta encíclica foi escrita originalmente em espanhol e assinada em 3 de outubro de 2020 – durante a simbólica ocasião da visita do atual papa à tumba do seu homônimo São Francisco de Assis¹⁵. O documento foi publicado no dia do santo, 4 de outubro.

No tocante aos principais temas abordados nessa carta encíclica, além da própria doutrina, destacam-se: imigração, racismo, misoginia, relações internacionais e economia. Há, ainda, diversas referências nominais que se estendem do próprio São Francisco, a Gandhi, a Ricoeur e mesmo a Vinicius de Moraes e seu *Samba da Bênção*¹⁶.

A escolha da encíclica *Fratelli Tutti* se deve à sua relevância documental, mas não somente: consideramos a atualidade e a acessibilidade do documento, bem como a sua pertinência na cena da enunciação¹⁷ contemporânea da Santa Sé. *Fratelli Tutti* é a terceira encíclica do pontificado de Francisco. Última encíclica divulgada até a data de publicação deste artigo, esta foi precedida pela *Lumen fidei* (2013) e pela *Laudato si'* (2015).

Adotamos como referência dos fragmentos que citamos a notação numeral, entre parênteses, do referido parágrafo. Não adicionamos à frente de cada excerto o ano de publicação, 2020, assim como não mencionamos *italico nosso*, evitando desnecessária repetição. Cada parágrafo dentre os 287 do documento já é numerado no original, composto de 97 páginas na versão em português.

3 O discurso pontifício prismado na cena da enunciação: reflexões a partir de fragmentos da encíclica *Fratelli Tutti*

Inicialmente, consideramos o lugar social da cena da enunciação em que a encíclica *Fratelli Tutti* se engendra. Trata-se de um texto publicado no repositório do

¹⁵ Giovanni di Pietro di Bernardone, canonizado São Francisco de Assis no século XIII, nasceu em Assis, no Ducado de Espoleto, região que hoje está inserida na Itália.

¹⁶ A menção ao Samba da Bênção poderia ser interpretada como um aceno ao Brasil em sua ainda massiva representação na eclesía, por meio da mobilização da prova do pathos.

¹⁷ Maingueneau (2014) usa o termo *cena da enunciação* para indicar, simultaneamente, um quadro e um processo, bem como para evitar *situação de enunciação* e *situação de comunicação* que, respectivamente, indicariam usos de ordem estritamente linguística e sociológica. A cena de enunciação, segundo o autor, é composta das cenas *englobante* (grosso modo, o tipo de discurso), *genérica* (gêneros discursivos, no sentido de normas que suscitam expectativas) e *cenografia* que é “uma encenação singular da enunciação” (MAINGUENEAU, 2014, p. 122) que legitima o discurso.

Vaticano e reproduzido de modo não rastreável pela e na *web*¹⁸. Nesse sentido, existem vetores pragmáticos e discursivos do dispositivo que implicam expectativa e maneira de consumo específicas. Isto é, presume-se que os estudiosos e os fiéis que se detêm sobre o material digital ou impresso – motivados por objetivos científicos, ontológicos ou doutrinários, por exemplo – antecipam em variadas medidas o conteúdo documental, tanto com base no que se espera de uma encíclica quanto no *ethos* prévio¹⁹ de quem assina a carta, o papa Francisco.

A imagem prévia que a eclesía e demais alocutários podem fazer do atual Pontífice tende a ser instituída em oposição àquela atribuída ao seu antecessor, Bento XVI. Contrariamente ao aceno frequente de Bento às alas mais conservadoras do Vaticano-eclesía, ao papa Francisco é frequentemente atribuído um *ethos* prévio liberal fundado na sua defesa do amor como serviço. Símbolo de renovação na Igreja, o atual Sumo Sacerdote foi eleito em Conclave de 2013 como uma alternativa à perda de fiéis e à abrupta renúncia de Bento.

Em consonância com o seu *ethos* prévio, a imagem de si efetivamente mostrada na *Fratelli Tutti* é conciliadora, holística e modernizante. Chamado por Aristóteles de *a mais importante das provas*, o *ethos* fundamenta o discurso, mas não é um argumento propriamente dito (PLANTIN, 2011). Ou seja, o *ethos* não é verbalmente afirmado, trata-se de uma imagem de si que o locutor *mostra* no discurso. Além disso, *ethos* se vincula ao exercício da palavra não do indivíduo *per se*, mas do papel social que o sujeito desempenha (MAINGUENEAU, 2014).

Considerando a imagem discursiva do locutor, há na *Fratelli Tutti* uma cisão enunciativa em que o papa parece se distanciar da Santa Sé e das alas mais conservadoras que compõem a Cúria. Esse distanciamento não é um efeito produzido em todo documento assinado pelo papa, posto que a correlação de responsabilidade locutária varia conforme o dispositivo e a cenografia pontifícia. Assim, Santa Sé e papa podem vir a consubstanciar sua identidade – como nas Leis Fundamentais do Vaticano, em que a figura absoluta do papa se confunde àquela da Cadeira Santa – ou se distanciar, como ocorre em um *Responsum* sobre a consagração da união homoafetiva²⁰.

¹⁸ Maingueneau nos brinda com pertinentes reflexões sobre a interrelação entre poder, ética e *web*, ao trazer a noção de *traço*. Para mais informações ver Maingueneau (2014).

¹⁹ O *ethos* prévio ou imagem prévia é “a imagem que o auditório pode fazer do locutor antes que ele tome a palavra” (AMOSSY, 2020, p. 90). O *ethos* prévio do papa Francisco parece afiançar a tese do amor presente na encíclica, como sugerido adiante.

²⁰ O polêmico *Responsum* da Congregação para Doutrina da Fé de 15 de março de 2021 veiculou em tom impessoal a resposta negativa à consagração da união homoafetiva. Nesse *Responsum*, atesta-se que o papa foi *informado e deu o seu consentimento à publicação*. Desse modo, indiretamente, o Pontífice é eximido da responsabilidade enunciativa no que diz respeito à elaboração do documento. Ao mesmo tempo, o *Responsum* se vale do

Se o *ethos* prévio e *ethos* discursivo contribuem para eficácia do dizer, mas não são argumentos em si, o projeto argumentativo da promoção de uma tese deve partir de pontos comuns às partes interactantes. Isto é, a argumentação deve se basear nas crenças do receptor e em esquemas de raciocínio compartilhados. A partir desse entendimento, procuramos nos deter também na instância do alocutário da encíclica. A concepção que adotamos, que certamente não é a única possível, pressupõe um alocutário composto em duas segmentações. Na primeira, acomodamos toda a variedade possível de pesquisadores – estendendo-se, por exemplo, daqueles laicos, aos estudiosos crédulos, teólogos e exegetas. Por outra parte, estabelecemos a segmentação alocutária dos fiéis, entendida como a mais numerosa e subsegmentada entre fiéis mais liberais e mais conservadores²¹. A segmentação alocutária dos fiéis é a que mais interessa à presente pesquisa.

No que se refere ao nome do documento, como em outros subgêneros discursivos, o título comunga da função de vetorização das expectativas do alocutário, conforme mencionamos acima. Contudo, há uma qualidade específica às cartas encíclicas no que diz respeito aos seus títulos. A Santa Sé nomeia esses documentos de modo homônimo às duas primeiras palavras do conteúdo, estas escritas geralmente em latim na versão inicial. Dessarte, podemos pressupor que a escolha da primeira passagem da *Fratelli Tutti* explicita o intuito inaugural desse projeto de argumentação pontifício.

Fratelli Tutti é uma citação proveniente das *Admoestações*²² de São Francisco, as quais gozam legitimidade frente ao alocutário fiel versado na mística, sobretudo frente àquela parcela franciscana. A finalidade de adesão que se tenciona provocar no alocutário está sustentada sobre um argumento de autoridade que recorre, especificamente, à autoridade hagiológica. Esta, sendo divina, é dogmaticamente irrefutável. O ato de remeter *ad verecundiam* às *Admoestações* tem como efeito de sentido a fundamentação da dimensão argumentativa da encíclica já no seu título.

Assim, qualificamos o nome desta encíclica como uma *exortação referencial*, já que estabelece uma relação dialógica com a palavra São Francisco ao convocar sua autoridade. Ademais, o título mobiliza e resgata a dimensão argumentativa que pode já

consentimento papal já que, sendo um documento pontifício, este só adquire sua validade se reconhecido pelo Sumo Sacerdote.

²¹ Neste momento inaugural da nossa agenda de pesquisa, com a finalidade didática de evidenciar que o alocutário de uma encíclica é necessariamente múltiplo, não procederemos com a classificação das variáveis que caracterizariam as inclinações que tratamos como *conservadoras* ou *liberais* – e.g. apoio/repúdio à consagração da união homoafetiva, ao direito do aborto, à modernização da igreja etc. Da mesma forma, compreendemos que um estudioso fiel pertenceria a ambas as segmentações. Pensar a agentividade e a diversidade da eclesía, enquanto auditório no processo argumentação, nos termos de Tindale (2009), parece-nos ser um promissor desdobramento de pesquisa.

²² Trata-se de uma das principais produções atribuídas a São Francisco, datada do século XIII. Acesse em: <<http://www.ofssanlorenzoalverano.it/home/documentazione/le-fonti-francescane/ammonizioni>>.

desempenhar certo grau de adesão no alocutário *avant la lettre*. Tal exortação referencial, embora fraternal e amigável, não parece ser desprovida de intenção persuasiva.

O título em italiano é mantido nos nove idiomas para os quais a Santa Sé ofereceu uma versão oficial. Como nos casos do padre jesuíta Thomas Reese e do *Catholic Women's Council*, houve críticas severas de que a literalidade de *fratelli Tutti*, “todos irmãos”, seria misógina. Segundo a Santa Sé, em resposta apaziguadora às contestações polêmicas, a frase italiana *fratelli tutti* foi empregada com a conotação de *toda a humanidade*²³ e intencionou a fidelidade ao original.

Tomando as Admoestações como um dos discursos constituintes presente na encíclica, notamos que a autoridade plasmada na exortação referencial é tributária de um discurso que ao *constituir* “legitima a instituição que o torna possível” (MAINGUENEAU, 2014, p. 143). Nesse sentido, ao ser uma atualização da doutrina, a *Fratelli Tutti* pretender-se-ia ser também um discurso que constitui a sua própria existência em nome do Absoluto. O subgênero encíclica, ao ser aprofundado nos planos imanente e transcendente – respectivamente, pelo *infalível* chefe da Cadeira Santa e pelo próprio divino –, parece favorecer a autofundação do discurso.

Segundo Maingueneau, “pode-se perguntar, por exemplo, se, em torno da ecologia e/ou das novas tecnologias digitais, não emergirão novos discursos constituintes que vão combinar elementos do discurso religioso e do discurso científico” (MAINGUENEAU, 2014, p. 142). Assim, enquanto uma textualidade que se manifesta sobretudo na *web*²⁴, há uma argumentação doutrinária que afiança e é afiançada pela mística católica. Evitando que a Igreja possa vir a ser acusada de negacionista, tal argumentação não desconsidera a ciência, mas a interpela frente à suposta depreciação de valores morais e espirituais:

[...] *não ignoramos os avanços positivos que se verificaram na ciência, na tecnologia [...]*. Todavia ressaltamos que, juntamente com tais progressos históricos, grandes e apreciados, se verifica uma *deterioração da ética*, que condiciona a atividade internacional, e um *enfraquecimento dos valores espirituais e do sentido de responsabilidade* (FRANCISCO, 2020, não paginado, 29, itálicos nossos).

Na sua função de apontamento das prioridades católicas no momento, é próprio da constituição do dispositivo encíclica delinear perigos à fé ou à instituição Igreja, exortando seus seguidores a cursos de ação específicos. Desse modo, é coerente pensar a argumentação no discurso na materialidade desse documento, já que

²³ Veja a reportagem de capa do *L'Osservatore Romano*, intitulada *Un'enciclica per fratelli e sorelle tutti* (17 set. 2020) em: https://www.osservatoreromano.va/en/pdfreader.html/quo/2020/09/QUO_2020_212_1709.pdf.html.

²⁴ Isto nos permite pensar as encíclicas na modernidade como uma *circular digital*, embora não sejam discursos nativos da internet.

“globalmente, pode-se dizer que há argumentação quando uma tomada de posição, um ponto de vista, um modo de perceber o mundo se expressa [...]” (AMOSSY, 2020, p. 42). Inserida em um *continuum* de argumentatividade, esta percepção da realidade se configura em uma cena de posições antagônicas que buscam prevalecer e que são abertamente formuladas ou veladas.

Já na seção de introdução, percebemos a construção aberta da relação de opostos e da ideia do *enfraquecimento dos valores*:

[...] irrompeu de forma inesperada a pandemia do Covid-19 que deixou a descoberto as nossas *falsas seguranças* [...] ficou evidente a *incapacidade de agir em conjunto*. [...] verificou-se *uma fragmentação que tornou mais difícil resolver os problemas* que nos afetam a todos. Se alguém pensa [...] que a única lição a tirar é que devemos melhorar os sistemas e regras já existentes, *está a negar a realidade* (FRANCISCO, 2020, não paginado, 7)

O locutor se opõe aos que negam a suposta fragmentação ao somente proporem uma melhora no sistema de regras. Nota-se neste entimema a conclusão não ostensiva de que, portanto, deve-se mudar o sistema de regras. A tese parece agir em prol da aceitação/legitimação da encíclica como um projeto de mudança plena fundado na atualização da doutrina que o documento encerra.

A finalidade argumentativa que afirma a ineficácia do sistema de regras corrente é consumada no parágrafo consecutivo de modo exortatório e deontico, “*precisamos duma comunidade* que nos apoie [...] *Sonhemos* como uma única humanidade, como caminantes da mesma carne humana” (FRANCISCO, 2020, não paginado, 8). O valor comunitário conclamado é de certo modo posto no plano do ideal/inatingível com *sonhemos*.

Esse valor comunitário se inscreve tanto no *ethos* prévio do papa quanto, discursivamente, na ideia do amor católico não apenas como morada, mas também como serviço. Esse efeito de sentido vem sendo produzido a partir de materialidades anteriores à *Fratelli Tutti*, como a encíclica *Laudato si'* (2015)²⁵, e parece compor aquilo que chamaremos de a *tese do amor*. Ao nosso ver, essa tese constitui fundamentalmente a encíclica de 2020 e encerra os valores católicos defendidos pelo locutor.

Nesse sentido, retomando o atributo da autofundação da *Fratelli Tutti*, consideramos que essa autopoiese se apoiaria principalmente (i) no discurso constituinte bíblico e aquele das Admoestações, (ii) bem como no efeito argumentativo da carta, forjado na transcendência do *amor* “que ultrapassa as barreiras da geografia

²⁵ O estudo do conceito de *casa comum* presente na *Laudato si'* (2015) poderia jogar luz sobre futuras reflexões relativas ao modo como o *ethos* do papa Francisco parece estar promovendo, de modo consistente, o amor católico como serviço.

e do espaço” (FRANCISCO, 2020, não paginado, 1). Assim, falar em nome do amor confunde e dilui a materialidade da encíclica no próprio divino que endossa o seu discurso – “Deus é amor” (FRANCISCO, 2020, não paginado, 4).

Na passagem “Este Santo (Francisco de Assis) do *amor* fraterno, da simplicidade e da alegria, que me inspirou a escrever a encíclica *Laudato si'*, volta a inspirar-me para dedicar esta nova encíclica à *fraternidade e à amizade social*” (FRANCISCO, 2020, não paginado, 2), encadeando a *Fratelli Tutti* como uma continuidade dialógica da *Laudato si'*, percebemos a mobilização de valores a priori inquestionáveis para captar a benevolência do alocutário fiel. Caso não se considere o relativismo da maneira como cada alocutário decodifica *amizade social* e *amor*, é possível tomá-los como valores universalmente aceitos.

Desse modo, raciocinando com o auxílio de argumentos sobre os quais não há muita disputa, há na cenografia²⁶ uma relação de causalidade entre *amor* e *felicidade*: “nele (no convite ao amor) declara *feliz quem ama* o outro” (FRANCISCO, 2020, não paginado, 1). As estruturas lógicas empregadas buscam realizar a *moção* do alocutário, no sentido da adesão à tese, recorrendo a valores que instigam emoções. Nesse sentido, percebemos a inseparabilidade entre razão e emoção na encíclica, garantida pelos *ethe* prévio e discursivo.

No tocante ao tema da racionalidade, destacamos o seguinte exceto: “Frequentemente as vozes que se levantam em defesa do ambiente são silenciadas ou ridicularizadas, disfarçando de *racionalidade* o que não passa de interesses particulares” (FRANCISCO, 2020, não paginado, 17). O entendimento construído parece ser afim àquilo defendido por Angenot (2015) na sua avaliação dos tipos ideológicos que a racionalidade tece. Segundo o autor, “*irracional* é, no fundo, um termo de condenação das lógicas diferentes da *minha*, termo cujo conteúdo varia segundo o posicionamento do enunciador” (ANGENOT, 2015, p.130). Isto é, a racionalidade, ou no caso a irracionalidade, é entendida com uma atribuição parcial realizada pelo locutor sobre o alocutário.

Embora não haja nesta encíclica argumentos construídos sobre a ideia de *irracionalidade*, a antípoda *racionalidade* pode ser encontrada com diversas intenções e usos. Por exemplo, no seguinte trecho o locutor mobiliza a entrada *racional*²⁷ com a mesma finalidade aparente de sentido do parágrafo 17: “Perante esta realidade, hoje é muito difícil sustentar os critérios *racionais* amadurecidos noutros séculos para falar duma possível “guerra justa”. Nunca mais a guerra!” (FRANCISCO, 2020, não paginado,

²⁶ Vide nota de rodapé 17.

²⁷ Pesquisamos na íntegra do documento a recorrência da entrada *racional*, bem como cognatos e variações, tais quais *racionais*, *racionalidade* e *irracional*.

242). Com efeito, a mesma denúncia ao relativismo, parcialidade e efemeridade do *racional* é sustentado, dessa vez, colocando em xeque a pretensa e falaciosa racionalidade na declaração e na execução da guerra. O argumento que apela à desaprovação do bélico é coerente ao *ethos* moderno²⁸ da Santa Sé marcado pela condenação incondicional à guerra²⁹.

Contudo, na mesma encíclica, o Sumo Pontífice volta a utilizar o termo, desta vez não como denúncia de parcialidade ou incorreção, mas como estrutura de sustentação de um argumento de racionalidade:

[...] o diálogo é o caminho mais adequado para se chegar a reconhecer aquilo que sempre deve ser afirmado e respeitado e que ultrapassa o consenso ocasional. Falamos de um diálogo que precisa de ser enriquecido e iluminado por *razões*, por argumentos *racionais*, por uma variedade de perspectivas, por contribuições de diversos conhecimentos e pontos de vista, e que não exclui a convicção de que é *possível chegar a algumas verdades fundamentais* que devem e deverão ser sempre defendidas (FRANCISCO, 2020, não paginado, 211)

A utilização da mesma entrada no parágrafo – como algo que enriqueceria e iluminaria o diálogo – pode ser interpretada como um deslize discursivo, posto que o próprio documento reitera a incorreta parcialidade subjacente à adjetivação do (i)rracional. Do mesmo modo, ao tratar de *verdades fundamentais*, o locutor se afasta da tese da mudança dos *critérios racionais amadurecidos noutros séculos* (FRANCISCO, 2020, não paginado, 242). Nesse sentido, o uso do racional seria potencialmente deletério tão somente quando não dissesse respeito à conveniência da construção da finalidade argumentativa da encíclica.

Retornando a inseparabilidade da razão e da emoção na tese do amor, invocamos brevemente as abordagens languageira e textual. A dedução que implica determinada

²⁸ Ao destacar o momento *moderno* na história da Santa Sé, enfatizamos a intenção de nos afastar analiticamente da realização de paralelos com o Cristianismo Primitivo e, sobretudo, com passado medieval da Igreja – período em que prosperam exemplos de exaltação de guerras santas, e.g.: a expulsão dos mouros, as Cruzadas, a Inquisição. Não nos parece academicamente relevante, tampouco epistemologicamente exequível, operar análises sobre o *ethos* engendrados por e em nome da Santa Sé desde sua fundação no começo da Era Comum. Isto é, não consideramos assertivo entender como um mesmo enunciador um ente com tal longa existência, cuja composição e concepção ontológica da doutrina vêm se modificando substantivamente ao longo dos séculos.

²⁹ Entretanto, mesmo na modernidade, tal movimento de condenação à guerra não foi contínuo e uniforme, sobretudo consideradas as variações a cada pontificado. Um exemplo de ressalva é aquele relativo à polêmica que rodeou uma suposta carta enviada pelo papa João Paulo II, na década de 1980, a Leonid Ilyich Brezhnev, à época Secretário Geral do Partido Comunista Soviético. Segundo Carl Bernstein (1997), Reagan foi informado de que o papa teria redigido uma carta, admoestando Brezhnev acerca do respeito à soberania da Polônia e aos direitos do *Solidarność* – o Solidariedade polonês. Segundo os rumores negados pelo Vaticano, porém veiculados como furo jornalístico em edição do *The New York Times* de 1983, João Paulo II teria ameaçado liderar um movimento de resistência na Polônia caso as tropas soviéticas intervissem no território, inclusive *usando do seu próprio corpo entre o povo polaco e os tanques russos*. Novamente, defendemos a pertinência do estudo do tema em AD no prolongamento das pesquisas a serem realizadas sobre as bases que propomos neste artigo.

tese seria validada perante o alocutário desde que haja uma *lei de passagem* (L) aceitável. É desse modo que o argumento “nele declara feliz quem ama o outro” (FRANCISCO, 2020, não paginado, 1) intenciona uma adesão do alocutário fiel à conclusão “quero destacar o convite a um amor que ultrapassa as barreiras da geografia e do espaço” (FRANCISCO, 2020, não paginado, 1). Isto é, em termos argumentativos, aceitar o convite a esse amor é aderir à legitimidade da tese da encíclica.

Enquanto valor amplamente desejado, a felicidade pode ser interpretada como a L que estabiliza a validade da conclusão que o discurso intenciona provocar³⁰. A L é estável, ou seja, é necessária e não é facilmente refutável, já que se de uma inferência lógica que a princípio independe do contexto e do dispositivo. Caso seja tomada como um argumento vazio em si, no entendimento aristotélico, trata-se de um lugar-comum ou *topos*, cuja aceitabilidade pública é praticamente consensual. Afinal, à sua maneira, todo ser parece almejar a felicidade.

A força argumentativa da passagem parece ser aumentada com a estratégia de começar a Encíclica com um vocativo ou, como denominamos, exortação referencial: “FRATELLI TUTTI: escrevia São Francisco de Assis, dirigindo-se a seus irmãos e *irmãs* para lhes propor uma forma de vida com sabor a Evangelho” (FRANCISCO, 2020, não paginado, 1). Notamos aqui, inclusive, a modalização no feminino, *irmãs*, que parece tencionar diluir a polêmica sobre o teor misógino do título. Vemos ainda que a conclusão intencionada pelo discurso tem dimensão argumentativa ao vir na forma de *convite*. Trata-se de uma invitation a um valor fundacional no discurso do papa Francisco, isto é, um convite ao servir no amor ao próximo. Em última instância, tenciona-se uma exortação ao amor a/de Deus que afiança a fé dos crentes.

Em “(São Francisco) Não fazia guerra dialética impondo doutrinas, mas comunicava o amor de Deus; compreendera que “*Deus é amor*, e quem permanece no amor, permanece em Deus” (1 Jo 4, 16)” (FRANCISCO, 2020, não paginado, 4), vemos o reforço do apelo ao amor, dessa vez, figurado na própria hierofania de Deus. O valor retórico desses enunciados a respeito dos quais se busca a adesão não deve ser

³⁰ Embora partam do entendimento comum da argumentação como *um ato que busca ocasionar a adesão a uma dada conclusão deduzida de um enunciado anterior*, como mencionado no marco teórico deste artigo, há diversas teorias cujas matizações do entendimento definem seu escopo. Dentre as mais consagradas: a nova retórica, cuja abordagem, mais afim à retórica clássica, considera a *verdade* como um consenso social (verdade proposicional) e a L como aquilo entendido por *justo* pelo auditório; Toulmin, quem estabelece um modelo onde a L é contestável e variável em função do *tipo de argumento* e do *domínio* específicos; Charaudeau, afim aos avanços de Perelman e Toulmin, nos quais valores (*domínios de avaliação*) funcionam como L, explicitando, assim, o procedimento semântico; Ducrot, cuja *Teoria da Argumentação na Língua*, ou *Teoria dos Topoi*, apresenta o *topos* como a L, de modo que o conjunto de *topos* (*topoi*) se efetiva como a garantia do encadeamento discursivo (argumentação). Em Ducrot, assim, o sentido de uma entidade linguística é definido pelos encadeamentos discursivos que suscita e não por aquilo que designa (EMEDIATO, 2001). Em maior ou menor medida, todas essas perspectivas influenciaram Amossy no desenho da sua problemática.

desconsiderado, mesmo que se trate de um valor já legitimado; afinal, uma crença estabilizada pode e, por vezes, deve ser intensificada. Essa nos parece a vocação de uma encíclica. Assegurada na autoridade de discursos constituintes – no caso do último fragmento selecionado, além das Admoestações, o Evangelho segundo João – a platitude de um enunciado a princípio vazio é preenchida por uma dimensão argumentativa.

Se o locutor argumenta sobre aquilo que já é aceito pelo alocutário e este pode rejeitar ou acolher a tese (AMOSSY, 2012, 2020; PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996), a argumentatividade da encíclica parece estar acomodada sob o mesmo hiperônimo do amor. Inscrita na lógica singular do Vaticano-eclésia, a produção discursiva da *Fratelli Tutti* visa a adesão à tese (da promoção da doutrina católica) do amor.

Considerações Finais

Conforme realizada neste artigo, análise da cena da enunciação do Vaticano-eclésia na materialidade de fragmentos da encíclica *Fratelli Tutti* é apenas uma possibilidade de investigação. Nossas reflexões constituem-se como resultados de uma escolha teórica específica que entende a argumentação como elemento constitutivo do discurso. Assim, não se trata de uma avaliação exaustiva, mas de uma proposta de abertura pública de uma agenda de pesquisa doutoral.

Nesse sentido, os conceitos que esboçamos de Vaticano-eclésia e de exortação referencial, ainda que devam ser aprofundados e matizados, parecem ocasionar ganho epistemológico para investigações afins ao tema. Do mesmo modo, as reflexões sobre a associação teórica entre infalibilidade papal e discurso constituinte aparentam ser um oportuno nicho de pesquisa. Acreditamos que isso se aplica à reflexão que oferecemos sobre as segmentações do alocutário eclésia. Neste caso, ainda devem ser definidos os critérios para elaboração de um espectro que classifique os interlocutores mais voltados à ala liberal ou à ala conservadora da Igreja Católica.

Localizando sua problemática na AD, Amossy não nega a existência das restrições sociais, genéricas e institucionais sobre o discurso. Entretanto, sob os constrangimentos da situação de comunicação, a autora indica que o sujeito é responsável pelas escolhas que realiza. Em outros termos, a argumentação no discurso atribui um grau de agentividade ao locutor na definição do seu projeto de visada/dimensão argumentativa, ressaltando que não é possível afirmar que o locutor teria controle total sobre seus dizeres. Dessa forma, a problemática de Amossy parece ser adequada para investigações que se voltem para o estudo da responsabilidade enunciativa pontifícia. Na variedade das elocuições pontifícias, a responsabilidade enunciativa ora parece ser atribuída ao papa, ora distanciada deste em prol da Santa Sé. No subgênero encíclica, o Sumo Sacerdote dá sua assinatura e usa de

modalizadores e figuras de efeito e de estilo que fazem perceber sua autoria pessoal. Desse modo, consubstanciado na Santa Sé, o papa convoca a responsabilidade enunciativa para si. Em outros subgêneros, esses efeitos de sentido podem não ocorrer do mesmo modo.

Na presente análise, concluímos que o projeto persuasivo da encíclica seria aquela da intensificação de crenças doutrinárias já estabilizadas, promovendo a adesão ao que chamamos de a tese do amor. A maneira como as construções racionais são elaboradas – arraigadas a valores que apelam aos sentimentos – não parece minar o logos, mas enfatizar a inseparabilidade entre esta prova, a imagem papal no discurso e o *pathos*.

Referências

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Coordenação da tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. 1. ed., 1ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2020.

AMOSSY, Ruth. Faut-il intégrer l'argumentation dans l'analyse du discours? Problématiques et enjeux. **Argumentation et Analyse du Discours**, v. 9, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aad/1346>. Acesso em: 2 jun. 2021.

ANGENOT, Marc. **O discurso social e as retóricas da incompreensão**: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir. Organização e tradução: Carlos Piovezani. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2. ed. Tradução: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005.

BERNSTEIN, Carl.; POLITI, Marco. **His Holiness**: John Paul II and the hidden history of our time. Michigan: Thorndike Press, 1997.

EMEDIATO, Wander. Problemáticas contemporâneas dos estudos do discurso: por uma análise integrada *In*: EMEDIATO, Wander *et al* (org). **Teorias do discurso**: novas práticas e formas discursivas. Campinas: Pontes, 2020. p. 19-56.

EMEDIATO, Wander. Retórica, argumentação e discurso. *In*: MARI, H.; MACHADO, I.; MELLO, R. (orgs). **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Faculdade de Letras da UFMG. Núcleo de Análise do Discurso. Belo Horizonte. 2001. p. 157-177.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PLANTIN, Christian. **Les bonnes raisons des émotions**: Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné. Berna: Peter Lang, 2011.

THE NEW YORK TIMES. **Vatican aide hints Pope wrote letter to Brezhnev**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1983/01/30/world/vatican-aide-hints-pope-wrote-letter-to-brezhnev.html>. Acesso em: 09 jun. 2021.

TINDALE, Christopher. L'argumentation rhétorique et le problème de l'auditoire complexe. **Argumentation et Analyse du Discours**, n. 2, 2009. Disponível em: <http://aad.revues.org/index493.html>. Acesso em: 11 ago. 2021.

FRANCISCO. Papa. **Carta encíclica Fratelli Tutti**, 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 05 ago. 2021.

VATICANO. **Lei Fundamental da Cidade do Vaticano**, 2000. Disponível em: https://www.vatican.va/news_services/press/documentazione/documents/sp_ss_scv/informazione_generale/legge-fondamentale_po.html. Acesso em: 07 jun. 2021.

PIO XII. Papa. **Pastor æternus**. Constituição dogmática, 1870. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/i-vatican-council/documents/vat-i_const_18700718_pastor-aeternus_it.html. Acesso em: 5 jun. 2021.

JOÃO PAULO II. Papa. **Pastor Bonus**. Constituição apostólica sobre a cúria romana, 1988. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_19880628_pastor-bonus.html. Acesso em: 05 ago. 2021.